



GABINETE DO PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### MESA DIRETORA REQUERIMENTO Nº 2.775, DE 2008 (Do Sr. Deputado MARCELO SERAFIM)

**Assunto: Requerimento de Informação nº 2.775/2008.**

Srs. Membros da Mesa,

Os autos cuidam de proposição apresentada pelo Deputado Marcelo Serafim, em que Sua Excelência solicita, com fundamento nos arts. 50, § 2º, da CF, c/c 115, inc. I, do RICD, informações ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de fornecer dados da declaração de bens do Governador do Estado do Amazonas, Sr. Eduardo Braga, nos anos de 1998, 2000, 2002 e 2006.

De início, convém destacar que o art. 116, inc. II, “b” e “c”, do RICD, disciplina que os requerimentos de informação poderão referir-se, entre outras hipóteses, a ato ou fato sujeito “à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões” ou “pertinente às atribuições do Congresso Nacional.” Na justificativa do requerimento de informação, por sua vez, o autor salienta que “os senadores do estado do Amazonas têm feito denúncias contra o Governador do Estado do Amazonas que apontam para graves indícios de enriquecimento ilícito.” (fls. 1 / 2).

Ora, respeitadas a autonomia e a independência dos entes federativos previstas na Constituição Federal (art. 18, *caput*), a apuração de supostas irregularidades na gestão do Chefe do Poder Executivo estadual competirá aos órgãos de fiscalização daquele Estado.

E ainda que a investigação contenha elementos que caracterizem o enriquecimento ilícito, eventual crime de responsabilidade daí decorrente será encaminhado ao órgão do Poder Judiciário competente (no caso, o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, I, da CF).

Portanto, mesmo reconhecida a louvável iniciativa do autor na fiscalização de autoridade pública de seu estado, o requerimento não contém motivação plausível para o seu deferimento.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Mas há outro embaraço regimental.

Como é sabido, a proteção aos sigilos fiscal e bancário possuem guarida constitucional (art. 5º, incs. X e XII, da CF<sup>1</sup>), admitindo-se a quebra mediante prévio e rígido controle judicial.

Entretanto, em ambas as hipóteses, admite-se em nome do interesse público e em hipóteses excepcionalíssimas<sup>2</sup> a legitimidade de acesso administrativo a dados sigilosos por determinadas Instituições Públicas, independentemente de autorização judicial.

Para dúvidas na doutrina, porém, saber se o sigilo fiscal configura espécie do gênero sigilo bancário.

Caso se entenda nesse sentido — e há fundamento para tanto, já que a obtenção de dados obtidos na movimentação financeira do investigado fatalmente indicará a existência de indícios de sonegação fiscal — as normas aplicáveis à espécie seriam aquelas disciplinadas na LC 105/2001, que dispõe sobre o procedimento de quebra de sigilo.

Nesse caso, o art. 4º, §§ 1º e 2º, da referida LC<sup>3</sup>, autoriza tão-somente que o Plenário da Câmara dos Deputados ou de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) decida pela quebra de sigilos bancário e fiscal, não se prestando o presente Requerimento de Informação proposição hábil a esse fim, já que, nos termos regimentais, estas são submetidas à deliberação do Presidente da Casa, ouvida a Mesa Diretora (art. 115, inc. I,

<sup>1</sup> Art. 5º (...) X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.”

<sup>2</sup> Segundo o STF, nem mesmo o Tribunal de Contas da União (TCU) possui legitimidade conferida pela LC 105/2001 de acesso a dados fiscal e bancário (STF – MSG 22.801/DF, Rel. Min. Menezes Direito, publicado no Informativo nº 498).

<sup>3</sup> “Art. 4º. O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º. As comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações e documentos sigilosos de que necessitarem, diretamente das instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º. As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.”



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

do RICD), não passando pelo Plenário da Câmara, nem da CPI.

E ainda que se entenda haver diferença entre os sigilos bancário e fiscal<sup>4</sup> (por consequência, afastando as disposições da LC 105/2001), a norma aplicável seria o art. 198, § 1º, do Código Tributário Nacional (CTN), que autoriza a quebra de sigilo fiscal em apenas duas hipóteses: a) autorização judicial; b) solicitação de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

Nesse caso, não há no Requerimento de Informação qualquer notícia da existência de processo administrativo contra a referida autoridade, capaz de fornecer o lastro probatório mínimo a ensejar o acolhimento pela Mesa Diretora da proposição.

Desse modo, levando-se em conta os argumentos supracitados, oficio pela **REJEIÇÃO** do requerimento, na forma do art. 116, inc. IV, do RICD.

É o parecer, **sub censura** da Mesa Diretora.

Sala de Reuniões da Mesa, em        de        de 2008

Deputado **NARCIO RODRIGUES**  
Primeiro-Vice-Presidente  
Relator

<sup>4</sup> Esse é o entendimento manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça no HC 7618-RS, 5ª Turma, Rel. Min. Gilson Dipp, publicado no DJ 17.02.1999, p. 152, cuja ementa registra o seguinte:

" (...) **II. O sigilo fiscal não se equipara ao sigilo bancário e nem o absorve.** III. Ordem concedida para trancar a ação penal movida contra o paciente, estendendo-a, desde logo, aos demais réus."